

TOMÁS TIMBANE CANDIDATO A BASTONÁRIO DOS ADVOGADOS

‘Estamos aqui para resolver os problemas da sociedade’

Xavier da Ilda

xavier.ilda@sol.co.mz

Pretende combater todos os tipos de procuradoria ilícita no país, pois entende que é um mal que prejudica a advocacia. E quer envolver mais os advogados no seu futuro.

O que pretende trazer de novo à Ordem dos Advogados de Moçambique?

Queremos uma Ordem mais viva e dinâmica, onde os membros participam na resolução dos seus problemas, sucessos e fracassos. Temos notado que os advogados estão alheios à vida da Ordem. No entanto, quando a Ordem toma uma decisão, isso tem um impacto directo no exercício da advocacia no país. Queremos chamar todos os advogados, trabalhar com eles e ouvir as diversas sensibilidades para termos uma Ordem forte, credível e coesa.

Como está a ser desenvolvida a sua campanha?

Estamos a trabalhar em todo o país porque os advogados é que são os eleitores. Também queremos mostrar à sociedade que a Ordem pode ser uma parte importante da solução dos problemas da justiça em Moçambique. Estamos a auscultar os advogados para que possam apresentar as suas ideias, com vista a resolver os problemas que afectam a Ordem.

Quais são as suas expectativas?

As melhores. Acreditamos que os advogados irão confiar-nos o mandato. Queremos que pensem no que vai acontecer depois do dia 23 de Março [dia das eleições], porque estamos aqui para resolver os problemas da sociedade – e não somente dos advogados. A Ordem dos Advogados ocupa um espaço extremamente importante e seria

uma desilusão que, ao fim dos três anos de mandatô, os advogados sentissem que, ao invés de avançar, regredimos.

Como pensa combater a procuradoria ilícita em Moçambique?

Estamos a trabalhar com os advogados porque são eles que sentem em primeira instância os males da procuradoria ilícita no país. Em primeiro lugar, queremos uma cooperação mais activa entre a Ordem, o Ministério do Interior e o da Justiça. Em relação ao

“

Há um problema de relacionamento institucional e uma certa fragilidade no papel da Ordem

Vamos fortalecer a Comissão de Combate à Procuradoria Ilícita

”

Ministério do Interior, entendemos que a Ordem tem de, de alguma forma, saber quantos advogados estrangeiros há no país, independentemente daquilo que vêm fazer. Acreditamos que a Ordem, na qualidade de regulador da profissão do advogado, deve estar na posse dessa informação, pois vai facilitar o trabalho da associação. Em segundo, queremos envolver os próprios advogados, para que possam denunciar os casos de procuradoria ilícita. Muitos advogados falam deste problema, mas não apresentam casos concretos.

Também há nacionais envolvidos nestes problemas?

A procuradoria ilícita não é somente feita pelos estrangeiros, há advogados nacionais que também estão envolvidos nesses casos. Iremos combater todo o tipo de procuradoria ilícita porque é nefasta ao florescimento da advocacia moçambicana. Vamos fortalecer a Comissão de Combate à Procuradoria Ilícita, para que possa funcionar de forma autónoma, permanente e sistematizar as preocupações apresentadas no dia-a-dia. Também queremos obter, por parte da Assembleia da República, que a Ordem tenha o poder de fiscalização, visto que actualmente somente tem o poder de regulação.

Os advogados queixam-se de uma constante obstrução perpetrada por alguns sectores da administração da justiça do país. Tem propostas para ultrapassar esse dilema? Verificamos que existe um problema de relacionamento institucional e notamos uma fragilidade no papel desempenhado pela



JULIO DENGUCHO

Tomás Timbane

Advogado

Nasceu há 41 anos na cidade de Maputo, é casado e tem uma filha. É mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da UEM e desde 2008 prepara o Doutoramento em Direito. É formador convidado no Centro de Formação Jurídica e Judiciária e sócio internacional do Gabinete Legal de Moçambique, Membro da PLMJ Internacional Legal Network.

onde os mais ricos têm melhor assistência e os pobres enfrentam dificuldades para se defender.

A Ordem tem um Plano Estratégico que foi aprovado em 2009, que pode ser um bom guião para resolução desse problema. Também há um trabalho que está a ser feito ao nível da Ordem para a criação de um Instituto de Patrocínio Jurídico. Vamos acelerar o processo com vista à sua materialização.

Ordem. Primeiro, a Ordem tem sido subalternizada pelos outros órgãos de administração da justiça, sobretudo, as magistraturas [judiciais e do Ministério Público]. Em segundo lugar, o advogado é considerado um incómodo ao sector de administração da justiça. No entanto, temos de observar que não existe um encaadamento hierárquico entre os três pilares da administração da justiça. Aliás, o Estatuto da Ordem dos Advogados diz que não há hierarquia entre advogados e magistrado. Queremos que essa lei seja transportada para a lei da administração judiciária, depois para o Estatuto dos Magistrados Judiciais, e por último para os Estatutos do Ministério Público. Queremos levar essa igualdade ao nível da Constituição. A Ordem, sob a nossa direcção, vai lutar para que a Constituição da República possa prever uma disposição desse género – porque, se são pilares, devem ter o mesmo tratamento.

Uma das situações muito criticadas na justiça são as duas velocidades,